

Licença é suspensa

A Secretária do Meio Ambiente (Semarh) suspendeu a licença prévia que autoriza a construção do posto de combustíveis em frente ao Parque Ecológico de Águas Claras. Além disso, mandou fechar a mina onde os caminhões-pipa captam água de forma irregular. A decisão foi tomada durante a visita do secretário Roberto Giffoni fez ao parque, quando constatou a erosão e o assoreamento das nascentes. "O quadro aqui é delicado e preocupante", disse.

Apesar de o relatório técnico da Semarh ter demonstrado que o projeto do posto respeita o mínimo de 40 metros de distância das cabeceiras, o secretário disse acreditar que, antes de tudo, é preciso garantir a recuperação do terreno.

A proposta dele é reunir representantes da Rede Texaco e da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) para averiguar a responsabilidade no aterramento das nascentes.

Ambas serão notificadas e poderão ser multadas pelos danos ambientais.

Há suspeita de que a areia que cobriu as cabeceiras venha da obra da pista, construída há 12 anos. Contudo, a movimentação das máquinas nas obras do posto pode ter agravado a situação, explicaram os técnicos da Semarh que estiveram no local.

O presidente da Associação de Moradores de Águas Claras, José Júlio de Oliveira, elogiou a iniciativa. Segundo ele, a comunidade se esforça para pressionar a transferência do empreendimento e punir os responsáveis pelos estragos ambientais. A luta dos moradores já dura cinco anos. "Queremos a transferência dessa obra e ainda a recuperação da área", disse Oliveira.

■ Derrubada

O **Jornal de Brasília** mostrou na edição do dia 29 a preocupação dos moradores com a construção do posto e o aterramento das nascentes.

Além disso, árvores localizadas próximas às árvores foram derrubadas. Os moradores temem, ainda, a contaminação do solo e do lençol freático pelo combustível.

Na ocasião José Júlio Oliveira denunciou que as árvores foram derrubadas durante o final de semana, quando a fiscalização por parte dos órgãos do GDF é menor. "Eles não tiveram a coragem de fazer isso durante a semana", disse. Ao justificar a derrubada, a Administração Regional de Águas Claras argumentou que as árvores não eram nativas, reduzindo o dano ambiental no local.

Na quarta-feira, um fiscal da Semarh foi ao local após o órgão ser procurado pela reportagem para a realização de um novo laudo. Foi quando o secretário garantiu que se houvesse qualquer irregularidade a licença poderia ser revogada. A secretária anunciou a suspensão do documento na tarde de sexta-feira, logo após o próprio Roberto Giffoni visitar a área.

